

## ANEXO I

### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

#### 1. Identificação

CPF		Data Nascimento	
Nome Completo			
Documento de Identificação		Emissor	
Nome da Mãe			
e-Mail			
Endereço Completo			
Telefone para Contato com DDD	( )		

#### 2. Escolha do Cargo (Assinale com X)

Procuradoria Jurídica – Procurador Jurídico	
Contabilidade – Contador	

Atesto ter conhecimento e concordar com todas as regras contidas no Edital nº 001/2023.

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### FUNÇÃO, ATRIBUIÇÕES, LOTAÇÃO, REQUISITOS, REMUNERAÇÃO, PRAZO, JORNADA E TOTAL DE VAGAS

CARGO	ATRIBUIÇÕES/REQUISITOS	TOTAL DE VAGAS
<b>PROCURADOR JURÍDICO</b>	<p><b>DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO:</b> Compreende as funções de representação judicial e extrajudicial, consultoria nos assuntos de natureza administrativa e outras correlatas, desde que compatíveis.</p> <p><b>ATRIBUIÇÕES:</b> Específicas da Lei nº. 2.263/2015.</p> <p><b>REQUISITOS:</b> Diploma de Bacharel em Direito expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelos órgãos governamentais e inscrição na OAB devidamente regularizada.</p> <p><b>REMUNNERAÇÃO:</b> Vencimento Base: Previsto no Nível I, Classe A, do ANEXO II, da Lei Municipal nº 2.263/2015, com suas devidas atualizações.</p> <p><b>JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:</b> 30 (trinta) horas semanais.</p> <p><b>LOTAÇÃO:</b> Procuradoria Jurídica Fundação UNIRG, exercendo as atividades no Campus de Paraíso do Tocantins.</p> <p><b>PRAZO DE CONTRATAÇÃO:</b> 1(um) ano, prorrogável por igual período uma única vez.</p>	<b>01</b>
<b>CONTADOR</b>	<p><b>DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO:</b> Executar atividades de nível superior relacionadas com análise contábil e auditoria. Executar atividades de planejamento, execução, controle e avaliação de operações contábeis relacionadas com programação e execução financeira, programação, alteração e ajustes orçamentários e fechamento de contas e encerramento do exercício, de acordo com a área de atuação; preparam obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administra o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores; realizar perícia; e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições.</p> <p><b>ATRIBUIÇÕES:</b> Específicas da Lei nº. 1.774/2008.</p> <p><b>REQUISITOS:</b> Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelos órgãos governamentais e inscrição no Conselho Regional de Contabilidade - CRC devidamente regularizada.</p> <p><b>REMUNNERAÇÃO:</b> Vencimento Base: Previsto no Nível I, Classe A, Grupo 4 do ANEXO III, da Lei Municipal nº 1.774/2008, com suas devidas atualizações.</p> <p><b>JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:</b> 40 (quarenta) horas semanais.</p> <p><b>LOTAÇÃO:</b> Contabilidade Fundação UNIRG no Centro Administrativo em Gurupi/TO.</p> <p><b>PRAZO DE CONTRATAÇÃO:</b> 1(um) ano, prorrogável por igual período uma única vez.</p>	<b>01</b>

## ANEXO III

### CRONOGRAMA

<b>EVENTO</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>
Edital de Abertura	02/01/2023	
Período de inscrições e entrega de documentos	02/01 à 06/01/2023	Prazo Final às 23:59hs do dia 06/01/2023
Realização da Prova Escrita <b>Local: Campus II, Avenida Guanabara esq com Rua Eng Bernardo Sayão, Bloco A, Sala 105A e 106A</b>	09/01/2023	Das 14hs às 18hs
Divulgação do resultado preliminar	10/01/2023	
Interposição de Recursos	11/01/2023	Prazo Final às 23:59hs do dia 11/01/2023
Convocação para Entrevista	13/01/2023	
Período de realização das entrevista Local: Conforme item 8.3 do Edital	17/01/2023	Das 08hs às 12hs
Divulgação do Resultado Final	17/01/2023	18hs

## ANEXO IV

### 1 – ANÁLISE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

Critério	Requisito	Pontuação
Análise Qualificação Profissional	Diploma de graduação, especialização, mestrado e doutorado registrado e expedido por instituição de ensino reconhecida pelo órgão governamental competente.	01 ponto para cada diploma apresentado até o máximo de 02 pontos
Curso de Capacitação Profissional	Certificados de cursos de capacitação, nas áreas de Administração Pública, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados.	0,5 ponto para cada 20h (vinte) horas apresentadas e comprovadas, até o máximo de 02 pontos.

\* Diploma frente e verso;

\*\* Não serão aceitos para comprovação de Escolaridade, a apresentação de Declaração de Conclusão;

\*\*\* Máximo Pontuação 4,00

### 2 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Critério	Requisito	Pontuação
Tempo de Serviço Na Administração Pública	Exercício profissional de atividades privativos do cargo pretendido executados na Administração Pública a ser apresentado por documento auditável eletronicamente através dos diversos meios de transparência existentes nos entes públicos.	01 ponto por cada 01 (um) ano comprovados de experiência até o máximo de 4,0 pontos. <b>Formas de Comprovação:</b> Ato de nomeação em cargo público; Ato de designação em função pública; Cópia de Cadeira de Trabalho; Contrato de prestação de serviços; 08 pareceres emitidos dentro de um exercício fiscal (01/01 à 31/12); 08 peças em processos administrativos ou judiciais emitidos dentro de um exercício fiscal (01/01 à 31/12).
Tempo de Exercício em cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento Na Administração Pública	Exercício profissional de atividades de direção, chefia ou assessoramento privativos do cargo pretendido executados na Administração Pública a ser apresentado por documento auditável eletronicamente através dos diversos meios de transparência existentes nos entes públicos.	01 pontos por cada 01 (um) ano comprovados de experiência até o máximo de 2,0 pontos. <b>Formas de Comprovação:</b> Ato de nomeação em cargo público; Ato de designação em função pública.

\* Máximo de 6,0 pontos

\*\* Comprovação de experiência em Cargos comissionados somente serão aceitos mediante comprovação das atribuições na área em que concorre.

## ANEXO V

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA ENTREVISTA

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>
Habilidade de Comunicação	Domínio da linguagem verbal e habilidade de falar com clareza e objetividade; Possuir consciência e controle da linguagem corporal; Ser convincente, criar empatia e gerar interesse; Ouvir a mensagem, compreendê-la e dar a resposta adequada.	2,5 pontos
Capacidade para trabalhar em equipe	Ser proativo, estando sempre disposto a contribuir para o desenvolvimento da atividade; Ser confiante e seguro na tomada de decisão; Administrar conflitos e ser capaz de identificar e conciliar as necessidades da equipe.	2,5 pontos
Habilidades técnicas e domínio do conteúdo da área de atuação	Possuir conhecimento técnico adequado à função pretendida; Dominar conteúdos relativos à área de atuação que poderão auxiliar no desempenho das tarefas diárias.	2,5 pontos
Comprometimento	Apresentar real interesse em exercer a função pretendida; Conhecer, minimamente, a missão do órgão e entidade que pretende trabalhar; Demonstrar disposição para realizar as atribuições da função a que concorre, de acordo com a realidade apresentada.	2,5 pontos

\*Máximo de 10,0 pontos

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Normas Constitucionais. Teoria dos Princípios. Aplicabilidade. Princípios específicos de interpretação. Integração. Força Normativa. Normatividade dos Princípios. Disposições Constitucionais gerais e transitórias.
2. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil.
3. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais, Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Nacionalidade. Partidos Políticos.
4. Proteção Judicial dos Direitos Fundamentais. As Ações Constitucionais.
5. Proteção não Judicial dos Direitos Fundamentais. Direito de Resistência. Direito de Petição Direito à Informação.
6. Organização do Estado brasileiro. Princípios. Federalismo brasileiro. Visão crítica. Organização político-administrativa. União. Estados. Municípios. Distrito Federal e Territórios. Repartição de competências. Constituições estaduais. Leis Orgânicas dos municípios.
7. Poder Judiciário Brasileiro. Organização e competência. Justiças Comuns e Especializadas. STF. STJ. Justiça Federal Comum. Justiça dos Estados. Justiça do Trabalho. Regime de precatórios. Conselho Nacional de Justiça. Súmulas Vinculantes. Princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e interna corporis.
- 8 Funções Essenciais à Justiça.
9. Administração Pública. Princípios Constitucionais. Disposições gerais.
10. Da ordem social: seguridade social.
11. Educação, cultura e desporto. Ciência e Tecnologia.
12. Da ordem econômica. Princípios da atividade econômica. Regime constitucional da propriedade. Monopólios estatais. Intervenções sancionatórias. Abuso do poder econômico. Responsabilidade das pessoas jurídicas.
25. Das finanças públicas. Dos orçamentos. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Orçamentos anuais. Vedações constitucionais. Despesa com pessoal.
26. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Controle interno e externo. Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal. Regramento constitucional.
27. Jurisprudência dos tribunais superiores.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo: expressos e implícitos. Princípios da Administração Pública. Interesse público.
2. Atos Administrativos. Requisitos. Atributos. Espécies. Efeitos. Discricionariedade e Vinculação. Discricionariedade normativa e decisória. Reserva de lei. Delegação legislativa. Vigência. Validade. Eficácia. Extinção. Fato consumado. Vícios. Nulidade e Anulabilidade: Teorias. Anulação. Revogação. Delegação e Avocação. Regulamento. Desvio de Poder. Abuso de Poder. Controle. Autotutela.
3. Agentes públicos. Cargos, Empregos e Funções Públicas. Servidores Públicos. Normas Constitucionais. Acumulação de cargos. Sistema remuneratório.
4. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gurupi. Leis municipais nº 1774/2008 e Lei 1755/2008. Organização funcional. Direitos, vantagens e deveres. Servidores Estatutários. Empregados públicos.
5. Contratação temporária. Competências e responsabilidades dos agentes públicos. Deveres dos Administradores Públicos. Condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral.
6. Mandato eletivo. Improbidade administrativa. Regime Previdenciário à luz da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Aposentadoria do Servidor Público.
7. Sindicância. Processo administrativo disciplinar.

8. Serviço público. Classificação. Titularidade. Princípios. O regime jurídico do serviço público.
9. Formas de parceria com o Terceiro Setor. Lei Federal 13.019/2014 e legislação correlata. Termos de Fomento e Colaboração. Acordo de Cooperação.
10. Prescrição, decadência e preclusão no âmbito administrativo.
11. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Improbidade Administrativa. Lei Anticorrupção. Lei de Acesso à Informação.
12. Processo Administrativo. Princípios. Procedimento. Nulidades. Recursos. Preclusão, prescrição e decadência. Coisa julgada administrativa. Lei de Processo Administrativo Federal (Lei federal nº 9.784/99)
13. Licitação. Modalidades. Inexigibilidade e dispensa de licitação. Procedimento. Anulação e Revogação. Etapa interna e externa. Sanções Administrativas. Crimes em licitações. Registro de Preços.
14. Contratos da Administração Pública. Disciplina Normativa. Espécies. Formalização. Duração. Execução e inexecução. Alteração. Extinção. Nulidades. Sanções. Contratos em espécie. Controle. Controle pelo Tribunal de Contas e seus instrumentos. Convênios. Tomada de Contas Especial.
15. Domínio público. Bens Públicos. Regime Jurídico. Alienação. Bens públicos em espécie. Afetação e desafetação. Cessão de uso.
16. Legislação e jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União relacionadas a todos os itens do programa.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Teoria Geral do Processo. 1.1. Normas fundamentais do processo civil. 1.2. Direitos processuais fundamentais. 1.3. Disposições finais e transitórias do CPC/2015.
2. Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos. 2.1. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem. 2.2. Equivalentes jurisdicionais.
3. Teoria dos fatos jurídicos processuais
4. Função jurisdicional.
5. Cooperação internacional e nacional.
6. Teoria e direito da ação.
7. Pressupostos processuais.
8. Competência.
9. Sujeitos do processo. 9.1. Deveres e responsabilidade por dano processual. 9.2. Despesas processuais e honorários advocatícios. 9.3. Gratuidade de justiça. 9.4. Da Advocacia Pública.
10. Litisconsórcio. 10.1. Intervenção de terceiros. 10.2. Intervenções anômalas. 11. Juiz. 11.1. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 11.2. Impedimentos e suspeição. 11.3. Auxiliares da justiça.
12. Funções Essenciais à Justiça.
13. Atos processuais. 13.1. Processo eletrônico. 13.2. Forma dos atos processuais, 13.3. Tempo e lugar dos atos processuais. 13.4. Prazos. 13.5. Comunicações. 13.6. Citação. 13.7. Cartas. 13.8. Intimações.
14. Nulidades.
15. Preclusão.
16. Cognição.
17. Tutelas Provisórias.
18. Formação, suspensão do processo e extinção do processo.
19. Modelos de organização processual. 19.1. Processo e procedimento. 19.2. Procedimento comum e especiais. 19.3. Petição inicial. 19.4. Requisitos. 19.5. Pedido. 19.6. Valor da causa. 19.9. Improcedência liminar. 19.10. Ampliação, redução e alteração da demanda. 19.11. Audiência de conciliação ou de mediação. 19.12. Respostas do réu.
20. Providências preliminares. 20.1. Revelia. 20.2. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. 20.3. Fatos supervenientes. 20.4. Alegações do réu.
21. Julgamento conforme o estado do processo. 21.1. Extinção do processo. 21.2. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial. 21.3. Saneamento e organização do processo.
22. Provas. 22.1. Teoria geral do direito probatório. 22.2. Provas em espécie.
23. Sentença e coisa julgada.

24. Precedentes judiciais.

25. Ordem dos processos nos Tribunais. 25.1. Remessa necessária. 25.2. Ações de competência originária dos Tribunais. 25.3. Ação rescisória. 25.4. Ação de nulidade/inexistência da sentença. 25.5. Reclamação. 25.6. Incidentes de competência originária dos Tribunais. 25.7. Microssistema de julgamento de casos repetitivos. 25.8. Incidente de resolução de demandas repetitivas. 25.09. Incidente de assunção de competência.

25.10. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 25.11. Suspensão de decisão judicial.

26. Recursos em Espécie. 26.1. Apelação. 26.2. Agravo de Instrumento. 26.3. Agravo Interno.

26.4. Embargos de Declaração. 26.5. Recurso ordinário. 26.6. Recursos extraordinário e especial. 26.7. Agravo em recurso especial ou extraordinário. 26.8. Embargos de divergência.

27. Juizados especiais. 27.1. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995. 27.2. Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).

28. Jurisprudência dos Tribunais Superiores. 27.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. 27.2. Súmulas vinculantes.

### **FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO**

1. Representação judicial e extrajudicial, consultoria jurídica e assessoramento.
2. A Fazenda Pública em juízo e sua representação.
3. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública. Fundamento
4. Prazos diferenciados e intimação pessoal.
5. Prescrição Fazenda Pública.
6. Fazenda pública como ré. Despesas honorários depósitos, custas e multas
7. O reexame necessário.
8. Tutela antecipada e Tutela cautelar.
9. Execução contra a Fazenda Pública

### **CARGO DE CONTADOR**

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, CUSTOS E FINANÇAS.**

1. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
2. NBC T 16.1 a 16.11.
3. Decreto 10.540/2020 - Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.
4. Lei Complementar 131/2009
5. Lei Complementar 101/2000
6. Patrimônio público e suas incorporações.
7. Plano de contas da Administração Pública.
8. Despesa pública; Receita pública.
9. Noções de administração orçamentária e financeira.
10. Teoria Geral da Contabilidade Pública.
11. Portaria STN 163/2001 (atualizada).
12. Portaria MGO 42/1999. Registros contábeis de apurações típicas.
13. Noções básicas de Contabilidade Geral.
14. Noções básicas de legislação tributária municipal, estadual e federal e retenções.
15. Conceitos básicos de custo e sua análise de apuração.
16. Noções de finanças públicas.
17. Constituição Federal.
18. Lei 4320/64 e anexos
19. Conciliação e análise de contas patrimoniais e de resultado.
20. Diário, Razão e outros livros obrigatórios.